

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO, NO DIA 29 DE MAIO DE 2017.

Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e dezessete, na Câmara Municipal de Jardinópolis, no Salão de Reuniões, com início às 19:05 horas, foi realizada a Audiência Pública em que o Poder Executivo Municipal demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais, decorrentes do Relatório de Gestão Fiscal, do 1º quadrimestre de 2017. Estavam presentes à Audiência: o Secretário Municipal de Finanças e Orçamento Fernando Antonio Teixeira Covas, o Presidente José Eurípedes Ferreira, os Vereadores Ana Luísa Ortelani Valadares, Cleber Tomaz de Camargos, Lindenilton da Silva Ganda, Luiz Gustavo de Sousa, Luiz Fernando Riul, Raimundo Ferreira Santos, Samuel Farah e Sebastião Ferreira, o Jurídico da Câmara Municipal Dr. José Paulo Ribeiro e alguns munícipes. Tomando a palavra, o Sr. Presidente José Eurípedes Ferreira deu por aberta a Audiência Pública e passou a palavra ao Secretário. Com a palavra, o Sr. Fernando Antonio Teixeira Covas apresentou a gestão fiscal, ou seja, todos os números que se apresentaram durante o primeiro quadrimestre, de janeiro a abril, de 2017; informando que fez um demonstrativo para facilitar o acompanhamento de todos. Primeiramente, informou que o orçamento previsto para 2017 foi de R\$ 116.363.000,00; enquanto que o orçamento suplementado (ou seja, contando com as movimentações de suplementações entre janeiro a abril) somou R\$ 118.338.428,25, com uma diferença de R\$ 1.975.428,25. Esclarecendo que as anulações de dotações de R\$ 159.600,00 e R\$ 12.000,00 não têm efeito porque debita numa dotação e credita o mesmo valor em outra; então, não sofre movimentação nos saldos. Sobre a receita prevista, informou que foi de R\$ 120.700.000,00 (que é o valor original); sendo que, dentro dessa previsão, a receita corrente é de R\$ 132.393.000,00 (que é para todo o custeio da Prefeitura) e a receita de capital (para investimentos) de R\$ 229.000,00; enquanto que a previsão de contribuição anual para o FUNDEB é de R\$ 11.922.000,00. Sobre a receita realizada nos quatro meses, informou que foi de R\$ 39.316.437,81; sendo que, a receita corrente realizou R\$ 43.322.757,79 e a receita de capital realizou somente R\$ 36.752,00; enquanto que a contribuição para o FUNDEB, nos quatro primeiros meses, foi de R\$ 4.043.071,98. Após mais alguns esclarecimentos, sobre a arrecadação do Custeio de Iluminação Pública – CIP, informou que em 2017 já recebeu R\$ 379.382,63; dando uma média mensal de R\$ 94.845,00; já a arrecadação da água (de uma previsão anual de R\$ 4.057.000,00) recebeu até o quadrimestre R\$ 1.415.695,32; enquanto que a arrecadação de esgoto (de uma previsão anual de R\$ 2.032.000,00) recebeu até o quadrimestre R\$ 707.849,75; num total de R\$ 2.123.545,07 e uma média mensal de R\$ 530.886,27. Sobre a receita corrente líquida (calculada com base na soma dos últimos 12 meses), informou que fechou, em abril, no valor de R\$ 117.588.792,52; lembrando que essa receita é a base de cálculo para apurar a despesa com pessoal e para o cálculo de repasse financeiro anual para a Câmara Municipal. Sobre os saldos em bancos, informou que a Prefeitura tem um total de R\$ 31.854.935,96; composto por R\$ 19.247.281,13 de recursos próprios, R\$ 6.582.315,44 de recursos vinculados da Educação, R\$ 5.608.188,88 de recursos vinculados da Saúde e R\$ 417.150,51 de recursos vinculados da Assistência Social. Sobre a dívida ativa, informou que a dívida ativa tributária tem hoje um saldo de R\$ 48.003.198,96; enquanto que a dívida ativa não tributária tem um saldo de R\$ 38.346.675,35 (sendo a maioria de água e esgoto); num total de R\$ 86.349.874,31. Em seguida, informou que a Prefeitura tem depositado no Tribunal de Justiça de São Paulo (com fechamento em 30/04/17) um montante de R\$ 831.362,25 para pagamento de precatórios. Após mais alguns esclarecimentos, prosseguiu informando que, sobre o saldo de imobilizado, os bens móveis da Prefeitura somam R\$ 27.421.483,82 e os bens imóveis somam R\$ 54.633.441,30, totalizando R\$ 82.054.925,12. Finalmente, entre mais esclarecimentos, informou que o saldo de material depositado em almoxarifado é de R\$ 1.552.673,07; lembrando que medicamento é à parte. Sobre as despesas, informou que as despesas fixadas para o exercício é de R\$ 116.363.000,00 e as despesas empenhadas, até 30/04/17, foram de R\$ 54.932.630,67; sendo que, dentro desses R\$ 54 milhões, as despesas empenhadas com recursos próprios foram de R\$ 37.921.801,42; enquanto que as despesas liquidadas (aquelas que os credores já apresentaram nota fiscal e entregaram seus produtos ou concluíram os serviços propostos) foram de R\$ 31.064.196,90 e as despesas pagas foram de R\$ 25.204.136,71. Entre mais alguns esclarecimentos, sobre os resultados orçamentários informou que, comparando a receita realizada com a despesa liquidada, há um superávit orçamentário de R\$ 8.252.240,91. Sobre a posição dos restos a pagar, informou que foram pagos R\$ 2.356.625,68 de restos processados e R\$ 2.632.117,01 de restos não processados; enquanto que foram cancelados apenas R\$ 2,00 de restos processados e R\$ 1.729.614,01 de restos não processados; lembrando que tem hoje ainda pendente (em 30/04/17) R\$ 1.677.262,91, que são restos de 2007 até 2016. Sobre a aplicação na Saúde, informou que (até 30/04/17) já possui um gasto de 36,13 %, sendo que a exigência legal do mínimo a ser gasto é de 15 % ao ano e, portanto, já se está com 21% a maior; sendo que foi empenhado para a Saúde, até abril, R\$ 16.993.589,28 e liquidado (com nota fiscal) R\$ 8.695.125,67 e pago R\$ 7.218.948,36. Entre mais esclarecimentos, informou que as despesas empenhadas na Educação foram de R\$ 19.985.069,86 e as despesas liquidadas foram de R\$ 12.194.715,24. Sobre a dívida consolidada líquida, informou que os precatórios de longo prazo somam R\$ 5.059.661,71 (lembrando que este valor não está corrigido, é valor principal); que a dívida

flutuante (dívida de curto prazo) soma R\$ 2.643.053,35; sendo composta pelos restos a pagar processados e não processados no valor de R\$ 1.677.262,91, pelos precatórios de curto prazo no valor de R\$ 831.362,25 e pelos repasses a terceiros (governo, bancos e sindicato) no valor de R\$ 134.428,19. Sobre as despesas com pessoal nos últimos doze meses, entre mais, informou que o número de funcionários (em 30/04/17) fechou em 1461 e a porcentagem em 48,24 %, o que equivale a R\$ 56.725.739,75; lembrando que, se aumentar a receita durante o restante de 2017, essa porcentagem tende a cair; e, se perder receita e permanecer com essa mesma despesa de pessoal, essa porcentagem tende a aumentar; podendo chegar ao limite prudencial de 51,3 % (que é o “sinal amarelo” do Tribunal de Contas) e ao “sinal vermelho” que é de 54 %. Após mais algumas explicações, entre mais, informou sobre alguns custeios da Prefeitura que já houveram o desembolso financeiro até 30/04/17; como, por exemplo: os recursos que já foram mandados para o Tribunal de Justiça este ano somaram R\$ 544.984,12; o custeio de energia elétrica somou R\$ 1.295.688,76 (sendo R\$ 761.961,82 de poços artesianos e R\$ 340.961,12 de iluminação pública); o custeio de locação de copiadoras somou R\$ 45.338,43; o custeio de telefonia fixa somou R\$ 210.066,93 e o de celular somou R\$ 16.778,39; o custeio de combustíveis somou R\$ 309.995,16; o custeio da merenda somou R\$ 590.446,07 de material e R\$ 395.988,39 de serviços; o custeio de repasse do FUNDEB ao Estado somou R\$ 127.246,48 no período; o custeio de alarmes somou R\$ 28.536,00; o custeio de manutenção de máquinas e aparelhos da Saúde somou R\$ 8.295,00; o custeio de transporte de alunos somou R\$ 392.757,04 (enquanto que arrecadação da mensalidade dos alunos deu apenas R\$ 203.003,79; havendo, portanto, uma perda de praticamente R\$ 190.000,00); o custeio de vale-refeição dos funcionários somou R\$ 2.456.402,81; o custeio de medicamentos somou R\$ 140.061,33 até abril; o custeio de oxigênio somou R\$ 49.283,14; o custeio da cooperativa médica dos médicos terceirizados somou R\$ 1.170.535,02; o custeio médico de algumas especialidades (contrato foi só janeiro e fevereiro) somou R\$ 37.730,28; o custeio de serviços de recepção, portaria e limpeza na área da Saúde somou R\$ 643.157,20; o custeio de material de consumo de limpeza somou R\$ 159.679,73; o custeio de manutenção de veículos somou R\$ 179.255,47; o custeio de convênio de saúde somou R\$ 249.096,60 (sendo que, para cada convênio, a Prefeitura paga R\$ 51,84 e o funcionário paga R\$ 129,33); o custeio da coleta e destinação do lixo somou R\$ 780.708,72 até 30/04/17 (incluindo as duas empresas: a empresa que trabalhou janeiro e fevereiro e a nova que foi março e abril). Finalmente, após apresentar esses principais números, o mesmo ficou à disposição esclarecendo as dúvidas dos presentes. Nada mais havendo a ser tratado e não havendo mais nenhuma pergunta a ser feita e ninguém mais querendo fazer uso da palavra, o Sr. Presidente José Eurípedes Ferreira deu por encerrada a Audiência Pública. Para fazer constar em ata, eu, Demilson Rosseto, Oficial do Departamento de Assistência Técnica Legislativa, lavrei a presente, que vai devidamente assinada pelo Sr. Presidente. Jardinópolis, 29 de maio de 2017.